



Ministério da Justiça deve 2,5 mil milhões de euros aos fornecedores

Última mapa de dívidas divulgado aponta para uma dívida a terceiros de quase o dobro do orçamento do Ministério. Ministra quer reduzir contratações externas.

Inês David Bastos
ines.bastos@economico.pt

Ascende a mais de 2,5 mil milhões de euros a dívida do Ministério da Justiça aos seus fornecedores, quase o dobro do orçamento que detém para este ano (1.490 milhões de euros). Só em material de higiene e limpeza a dívida herdada pela ministra Paula Teixeira da Cruz atinge os 300 milhões de euros e em prestação de serviços de vigilância e segurança estava por pagar 287,3 milhões de euros. Estes são dois exemplos que constam do mapa de dívidas a fornecedores cujo levantamento foi feito em Maio - referente a Março de 2011 - por imposição do ainda Governo anterior.

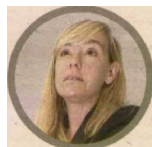
No início do ano, o ministro das Finanças Teixeira dos Santos impôs um plano de regularização das dívidas do Estado a terceiros e obrigou ministérios e empresas públicas a fazerem um levantamento e a apresentarem os resultados. Alberto Martins, então ministro da Justiça deixou feito em finais de Maio o último mapa de dívidas aos fornecedores, que os serviços divulgaram no final desse mês e que sofreu uma última rectificação a 17 de Junho, mantendo-se o valor global de dívida apurado: 2,5 mil milhões de euros.

Este valor corresponde a quase o dobro do orçamento para o corrente ano do Ministério, que é de 1,4 mil milhões de euros, como disse o secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça. Fernando Santo fez o retrato do Ministério, adiantando que conta com 27 mil funcionários, 14 direcções-gerais e institutos e 1.100 imóveis. No entanto, paga 38 milhões de euros ao ano em rendas. O secretário de Estado (tal como a própria ministra) mostrou preocupação com a situação financeira do Ministério, admitindo que, entre outras medidas, "eliminar desperdícios" e reduzir a "contratação externa" de serviços.

Paula Teixeira da Cruz, disse ao Diário Económico fonte próxima da ministra, tem estado desde que

assumiu funções, em finais de Junho, a fazer levantamentos junto das direcções-gerais das dívidas em atraso, bem como da situação do défice orçamental. Os relatórios começaram agora a chegar à mesa da ministra e o apuramento real do montante das dívidas e do défice está ainda, adiantou a mesma fonte, a ser determinado. Quanto ao défice, a ministra já disse que "há números que inquietam muitíssimo" e que encontrou uma derrapagem orçamental, tal como o Diário Económico tinha avançado.

A dívida de 2,5 mil milhões de euros de Março corresponde a contratações feitas pela Direcção Geral da Administração da Justiça (DGAJ), a que gere todos os tribu-



Paula Teixeira da Cruz
Ministra da Justiça

Já manifestou preocupação com a situação financeira do Ministério. Além da elevada dívida a fornecedores, Paula Teixeira da Cruz diz ter encontrado uma derrapagem orçamental.

nais e demais organismos da Justiça - a que mais dinheiro movimentava - mas existem outras dívidas no universo do ministério. Na Direcção Geral da Política da Justiça o último levantamento aponta para uma dívida de um milhão.

Numa entrevista recente, a própria ministra confirmava que só a dívida aos CTT é de "21 milhões de euros". Ora, no mapa agora divulgado, a dívida respeitante a "apoio judiciário, locação de edifícios e correios" está nos 26 milhões de euros.

Certo é que, perante as elevadas verbas em dívida, a DGAJ já começou a tomar medidas e a enviar ofícios às secretarias dos tribunais. Num deles, datado de 22 de Junho, a que o Diário Económico teve acesso, o director-geral pede às secretarias que enviem "com urgência" todos os pedidos de revisão dos contratos de serviços de limpeza para 2011 e avisa que o pagamento das facturas "com o valor actualizado" só pode ser feito depois de autorização pela DGAJ. Recorde-se que a dívida na rubrica higiene e limpeza era de 300 milhões de euros. Um outro ofício, "visando a redução da burocracia, aumento da eficiência e racionalização de custos", determina que as comunicações entre os tribunais e o Instituto de Gestão Financeira da Justiça sejam feitas apenas por correio electrónico.

Para fazer face ao aumento das dívidas do Estado José Sócrates determinou no Orçamento do Estado para 2011 que os organismos da administração central e empresas teriam que publicar o montante em dívida, com a descriminação do devedor, montante da factura e prazo para pagamento. Teixeira dos Santos pediu aos organismos que renegociassem os contratos em que o pagamento ultrapassasse os 60 dias e foram disponibilizados mil milhões de euros para pagamentos. As inspecções gerais começaram a pressionar os serviços para divulgarem as suas dívidas no prazo também imposto pela 'troika' e a direcção geral fê-lo já na recta final do anterior Governo. ■

JUSTIÇA EM NÚMEROS

● 1.490 milhões de euros é o valor, para este ano, orçamentado para o Ministério da Justiça.

● 14 direcções gerais e institutos.

● 27 mil funcionários.

● 30 mil computadores, dos quais 14 mil afectos aos tribunais

● 1.500 viaturas.

● 1.100 imóveis.

● Paga 38 milhões de euros ao ano em rendas.

● Orçamento de Estado assegura apenas 37% das verbas para as despesas. Mais de 900 milhões de euros são "receitas próprias".

● Antes de sair, o ex-ministro Alberto Martins assume existir um buraco financeiro no Instituto de Gestão Financeira da Justiça de 323 milhões de euros.

● Ministra Paula Teixeira da Cruz diz ter encontrado uma derrapagem orçamental, que não quantifica.

Etv

No canal 200 da ZON,
Vodafone Casa TV,
Optimus Clix, no canal 16
do Meo e na posição 9 da
Cabovisão

O ministério da Justiça está com dificuldades financeiras.



João Paulo Dias



DÍVIDAS POR FORNECEDORES



CTT

21 milhões de euros

A própria ministra da Justiça admitiu numa entrevista recente que a dívida aos CTT era de 21 milhões de euros. Na rubrica constante no mapa da DGAJ referente a outros bens, como "apoio judiciário, locação de edifícios, correios" o montante em dívida está nos 26 milhões.

Higiene

300 milhões

É a segunda maior dívida, depois dos transportes. Só em material de higiene e limpeza contratado pelos tribunais a dívida aos fornecedores soma pouco mais de 300 milhões de euros. A nova ministra pediu já para ver os contratos que foram feitos. O maior montante tem prazo em falta superior a 90 dias.

Telefone

216 milhões

É este o montante da dívida que Paula Teixeira da Cruz herdou em matéria de "serviços de voz e dados fixos e móveis". A juntar a este montante de despesas em telecomunicações, nas contas da DGAJ, que gere tribunais e outros organismos, está a despesa com o papel: dos contratos celebrados com terceiros estão em dívida 251 milhões de euros.

Traduções



Três milhões de euros

O Ministério da Justiça tem ainda por pagar um total de 3,8 milhões de euros em traduções que os tribunais encomendaram. Esta é uma despesa dos tribunais desde sempre criticada, mas cada vez mais usada porque muitas sentenças e outros documentos têm que ser traduzidos. A juntar a esta dívida, o Ministério da Justiça acumula ainda uma outra de 94 milhões de euros que dizem respeito à rubrica "outros trabalhos especializados", que o mapa não descrimina. E na rubrica da formação deve aos fornecedores 2,1 milhões de euros.

Energia

113 milhões de euros

A dívida acumulada, que vai passando de mês para mês, soma em matéria de contratos para fornecimento de energia um total de 113,2 milhões de euros. A maioria da dívida em atraso vence no prazo de 90 a 120 dias, segundo o mapa reftificado em Junho último. Mas os credores que fornecem serviços de assistência técnica, que o Ministério da Justiça não descrimina, detém um crédito ainda maior: totaliza os 250 milhões de euros.

Transportes

765 milhões

É a rubrica com o montante de dívida mais elevado. São mais de 765 milhões de euros que em Março de 2011 (foi feita uma rectificação em Junho último e o valor não foi alterado) o Ministério da Justiça tinha por pagar aos fornecedores que prestaram serviço nesta área de transportes. A soma maior estava nas dívidas a prazo de pagamento superior a 360 dias (279 milhões de euros), seguida do prazo de pagamento entre 60 a 90 dias - 167 milhões de euros.

